

## IMPACTO POTENCIALMENTE NEGATIVO DA REVISÃO DAS "DIRETRIZES BÁSICAS PARA ARQUITETURA PENAL" NO CONTROLE DA TUBERCULOSE NAS PRISÕES.

ALEXANDRA AUGUSTA MARGARIDA MARIA (ALEXANDRA AUGUSTA MARGARIDA MARIA) (/proceedings/100058/authors/342748)<sup>1</sup> ; Mauro de Oliveira Santos (Mauro de Oliveira Santos) (/proceedings/100058/authors/342749)<sup>2</sup> ; Bernard Larouzè (Bernard Larouzè) (/proceedings/100058/authors/342750)<sup>3</sup>

apers/impacto-potencialmente-negativo-da-revisao-das----diretrizes-basicas-para-arquitetura-penal----no-controle-da-tuberculos)

### Período de Realização

Este programa foi realizado entre 2011 e 2017.

### Objeto da Experiência

A tuberculose é hiperendêmica nas prisões do país, superlotadas, mal ventiladas e iluminadas, o que impõe a realização de intervenções ambientais.

### Objetivos

Propor soluções arquitetônicas para melhorar as condições de ventilação e iluminação das prisões, visando à redução da transmissão da TB e outras doenças respiratórias.

### Metodologia

A partir de oficinas regionais com arquitetos, profissionais de segurança e saúde, OSC, juízes da VEP e representantes do Ministério Público dos 27 estados do país, foram elaboradas recomendações que foram incluídas nas "Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal" (Resolução nº09/2011/CNCP/MJ). Prioridade foi dada a soluções arquitetônicas simples e pouco onerosas que favorecem a iluminação natural e renovação do ar, com baixo custo de manutenção e que não comprometam as exigências de segurança.

### Resultados

As soluções propostas foram consideradas na construção mais de 100 prisões (50.000 vagas) construídas entre 2011 e 2016 com recursos federais, além de terem servido como referência para construção com outras fontes de financiamento, demonstrando a exequibilidade e sustentabilidade desta estratégia

### Análise Crítica

Entretanto, sob o pretexto de reduzir o custo de construção, o Conselho Nacional de Secretários de Justiça pleiteou a revisão das Diretrizes. Houve flexibilização de sua aplicação, com a possibilidade de supressão de vários módulos e redução de superfície. O respeito às medidas ambientais, que incluem iluminação e ventilação natural/forçada deixaram de ser requisitos obrigatórias para financiamento da construção com recursos federais, ficando a critério de cada administração aplicá-las ou não

### Conclusões e/ou Recomendações

Esta revisão, ocorrida em dez/2017, representa um importante retrocesso, como assinalado pelo Comitê Nacional de Direitos

Humanos/MDH, com potencialmente grave prejuízo à saúde das pessoas presas. Demonstra que, para tomada de decisão em relação à arquitetura penal, o custo da construção prevalece, em detrimento da responsabilidade estatal com a preservação saúde das pessoas sob sua custódia.

**Tipo de Apresentação**

Comunicação Oral Curta

**Instituições**

<sup>1</sup> ENSP/Fiocruz ;

<sup>2</sup> FAU/UFRJ ;

<sup>3</sup> Sorbonne Universités/INSERM, UMRS 1136, Paris, France.

**Eixo Temático**

Saúde, Direitos Humanos e Vulnerabilidades

**Como citar este trabalho?**